

ANEXO III
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2012
(Art, 4º, § 2º, I, Lei Complementar nº 101/2000)

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A título de avaliação do cumprimento de metas, a receita realizada em 2012 é comparada à receita prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 e à receita realizada em 2011. Após, expõe-se a metodologia de cálculo da projeção da arrecadação para o triênio 2014-2016.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2012

Conforme demonstra a Tabela I, no exercício de 2012, a Receita Total de Origem Tributária do Distrito Federal foi de R\$ 10,6 bilhões, sendo superior em 0,9% à previsão constante do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2012.

A receita realizada dos impostos sobre a renda e o patrimônio foi superior à receita prevista em 0,9%, com destaque para a receita do ITCD, do ITBI e do IPTU, cujas realizações superaram a previsão em 30,7%, 7,8% e 7,1%, respectivamente. O IPVA apresentou realização inferior à previsão.

No tocante aos impostos sobre produção e circulação de mercadorias, a receita realizada foi superior à prevista em 0,2%. A realização do ICMS e do ISS ficaram superiores à previsão em 0,2% e 3,1%, respectivamente. A receita do Simples foi inferior à previsão em 10,9%.

Quanto às Taxas, verificou-se realização de receita superior à prevista em 5,1%. Em relação às Outras Receitas de Origem Tributária, as receitas realizadas foram superiores em 16,5%, sendo que a realização de multas e juros dos tributos foram inferiores à prevista em 8,6% e as receitas provenientes da dívida ativa, incluindo multas e juros, foram superiores em 24,6% às previstas.

TABELA I
COMPARATIVO RECEITA PREVISTA X REALIZADA EM 2012

Valores correntes em R\$ 1.000

ESPEIFICAÇÃO	PREVISÃO CONSIGNADA NA LDO (B)	RECEITA REALIZADA (A)	% DE REALIZAÇÃO DA PREVISÃO (B)/(A)
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	10.233.225	10.287.232	0,5%
IMPOSTOS	10.091.210	10.137.964	0,5%
SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO	3.285.506	3.316.616	0,9%
IMPOSTO DE RENDA	1.945.092	1.957.896	0,7%
IPTU	443.105	474.722	7,1%
IPVA	600.272	554.372	-7,6%
ITCD	40.548	53.009	30,7%
ITBI	256.489	276.616	7,8%
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	6.805.704	6.821.348	0,2%
ICMS	5.480.628	5.494.095	0,2%
ISS	1.051.193	1.083.337	3,1%
SIMPLES	273.882	243.915	-10,9%
TAXAS	142.016	149.268	5,1%
TLP	92.533	89.622	-3,1%
OUTRAS TAXAS	49.482	59.646	20,5%
II. OUTRAS REC. ORIGEM TRIBUTÁRIA	266.675	310.720	16,5%
MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	65.022	59.431	-8,6%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (1)	201.653	251.289	24,6%
III. TOTAL (I + II)	10.499.900	10.597.952	0,9%

Fonte: Receita Prevista - Lei nº 4.614/2011.
Receita Realizada - SIGGO.

(1) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

Considerando a arrecadação tributária total do Distrito Federal em 2012 frente ao exercício de 2011, descontados os efeitos da inflação medida pelo IGP-DI, aponta-se ganho real de 6,4%.

Conforme Tabela II, observa-se que à exceção da perda auferida para o IPVA de 16,0%, que pode ser consequência de subestimação dos impactos no âmbito do programa nota legal e da Lei nº 4.733/2011, que isentou os veículos novos em 2012, os demais itens da receita de Impostos sobre Renda e Patrimônio apresentaram desempenho positivo em relação à receita de 2011.

Quanto à receita proveniente dos impostos sobre produção e circulação de mercadorias, obteve-se, no conjunto, elevação de 4,3%, sendo o aumento do ICMS, do ISS e do SIMPLES de 3,5%, 8,6% e 3,9%, respectivamente. O crescimento da receita do ICMS em 2012 está associado a expansões em praticamente todos os segmentos, exceto comunicação e veículos. Os destaques positivos foram para o comércio atacadista, a energia elétrica e os combustíveis. O decréscimo observado no setor de comunicação justifica-se pela ocorrência de arrecadações extemporâneas no mês de dezembro de 2011. Aponta-se ainda o programa "ICMS em dia" que provocou um acréscimo da receita da ordem de R\$ 70 milhões.

TABELA II
RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2012 x 2011

Valores em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	2011(1)	2012	Variação % 2012/2011
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	9.674.400	10.287.232	6,3%
IMPOSTOS	9.530.396	10.137.964	6,4%
SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO	2.989.217	3.316.616	11,0%
IMPOSTO DE RENDA	1.593.973	1.957.896	22,8%
IPTU	472.982	474.722	0,4%
IPVA	660.122	554.372	-16,0%
ITCD	40.964	53.009	29,4%
ITBI	221.177	276.616	25,1%
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	6.541.179	6.821.348	4,3%
ICMS	5.308.817	5.494.095	3,5%
ISS	997.699	1.083.337	8,6%
SIMPLES	234.663	243.915	3,9%
TAXAS	144.004	149.268	3,7%
TLP	89.057	89.622	0,6%
OUTRAS TAXAS	54.948	59.646	8,6%
II. OUTRAS RECEITAS	283.736	310.720	9,5%
MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	59.897	59.431	-0,8%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (2)	223.839	251.289	12,3%
III. TOTAL (I + II)	9.958.136	10.597.952	6,4%

Fonte primária: SIGGO.

Notas: (1) Valores constantes a preços de 2012 - IGP-DI médio.

(2) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

Em relação às Taxas, observa-se acréscimo de 3,7% na comparação com a receita de 2011, vinculada aos acréscimos da TLP e de Outras Taxas.

Houve ainda evolução nas receitas da Dívida Ativa Tributária, incluindo Multas e Juros de Mora, e decréscimo na receita de Multas e Juros dos Tributos.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CENÁRIO MACROECONÔMICO E INFLAÇÃO

<i>Índices</i>	<i>Projetado</i>	<i>Realizado</i>
Varição PIB Brasil	4,26	0,90
Inflação (IPCA) Brasil	5,08	5,84
Varição PIB Brasília	-	3,00
Inflação (IPCA) Brasília	-	5,43

Fonte: Projetado - LDO e LOA 2012; Realizado – Banco Centra e CODEPLAN

O fraco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil foi a grande decepção do ano na economia do país, onde nem mercado, nem governo conseguiu antecipar o que aconteceria em 2012. A projeção geral era de um crescimento entre 3% e 4%, entretanto a expectativa de crescimento foi diminuindo ao longo do ano. Concluído o exercício, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou o crescimento do PIB em apenas 0,9% ante o mesmo período de 2011, número bem abaixo do estimado pelo mercado.

Três fatores externos principais podem ter influenciado esse resultado, muito abaixo das perspectivas iniciais. Primeiramente, os efeitos da economia global, que sofreu com a crise na Europa, posteriormente, a desaceleração na China, e em terceiro lugar, o período de fraca recuperação dos Estados Unidos. Além disto, internamente, os baixos níveis de investimento, a valorização do real, o aumento dos gastos do governo e a expansão da classe média, que impulsionou o consumo nos últimos anos, mas que, sem a contrapartida de investimento das empresas para aumentar a sua capacidade produtiva, gerou uma insuficiência de oferta.

Enquanto o resto do país cresceu, em média, 0,9% no terceiro trimestre de 2012, o Distrito Federal registrou 3% de crescimento, em relação ao mesmo período de 2011. Segundo a CODEPLAN, o setor de serviços, que responde por mais de 90% de toda a atividade econômica do DF, cresceu 3,2% entre os meses de julho e setembro do ano passado. A Administração Pública contribuiu com 2,5% de crescimento. O crescimento da renda e a queda na taxa de juros impulsionaram o consumo, o destaque fica para o comércio, que registrou crescimento de 8,6%, com as vendas impulsionadas pela redução no IPI (Imposto Sobre Produto Industrializado) para carros zero quilômetro e eletrodomésticos da linha branca. Já a agropecuária, que teve um desempenho surpreendente no início de 2012, com crescimento de 5%, apresentou queda no terceiro trimestre, com resultado negativo: -22,8%. O número negativo é resultado da redução da área plantada, reduzindo assim a produção total de produtos como tomate, feijão e soja.

A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2012 em 5,84% dentro da meta estabelecida pelo governo brasileiro, que varia entre 2,5% e 6,5%. O resultado, no entanto, ficou acima do centro da meta, que é 4,5%. O principal responsável pela inflação de 2012 foi o grupo de despesas

alimentos, que registrou uma inflação de 9,86% e respondeu por quase metade da taxa total do IPCA. O grupo de despesas pessoais também teve impacto importante, com alta de preços de 10,17% no ano. Os transportes tiveram a menor taxa: 0,48%.

Brasília registrou a menor inflação em 2012, entre as capitais do país, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De acordo com os dados divulgados nesta quinta-feira (7) pelo IBGE, a variação na capital federal foi de 5,43%, enquanto a média nacional foi de 5,84%.

Apesar do crescimento do Distrito Federal ter sido superior ao da média nacional, foi inferior ao das expectativas adotadas para a projeção das receitas da LDO e da LOA, onde foi previsto o PIB de 4,26% para 2012. O nível baixo de atividade econômica, assim como a taxa de inflação maior que a expectativa, que gerou pressão nos preços, resume o cenário apresentado.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo II (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

DISCRIMINAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	16.030.860	0,355	15.699.469	0,357	-331.391	-2,07
Receitas Primárias (I)	15.343.473	0,340	15.083.907	0,343	-259.566	-1,69
Despesa Total	16.030.860	0,355	15.817.456	0,359	-213.404	-1,33
Despesas Primárias (II)	15.333.473	0,340	15.398.026	0,350	64.552	0,42
Resultado Primário (III) = (I-II)	10.000	0,000	-314.119	-0,007	-324.119	-3.241,19
Resultado Nominal	295.929	0,007	-613.928	-0,014	-909.857	-307,46
Dívida Pública Consolidada	4.777.323	0,106	4.430.824	0,101	-346.499	-7,25
Dívida Consolidada Líquida	3.063.402	-	1.432.931	0,033	-	-

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ milhares
Previsão do PIB Federal para 2012	4.510.389.676
Valor efetivo (realizado) do PIB Federal para 2012	4.402.537.109

Notas:

- 1.) Os valores relativos às Metas Previstas foram extraídos da LDO e as realizadas do balanço, ambos do exercício em referência.
- 2.) O valor relativo à estimativa do PIB da União foi informado o utilizado para a LDO da União, estimado pela SPE/STN.
- 3.) Valores correntes.

Analisando o comportamento dos valores demonstrados, pode-se depreender que a execução das receitas e despesas segue patamar semelhante ao da realização em igual período do ano anterior, dentro da variação aceitável de 10%, para mais ou para menos.

No exercício de 2012, as receitas fiscais, inicialmente previstas na LDO, montavam em R\$ 15,3 bilhões. Ao final do exercício, houve um déficit na arrecadação de 1,7%, ou R\$ 260 milhões, em valores correntes. Esse comportamento decorreu, fundamentalmente, das medidas relacionadas ao contingenciamento da receita, tendo em vista que a arrecadação tributária mostrou-se inferior à orçada devido ao crescimento econômico abaixo do esperado. Diante disto, este governo obrigou-se a adotar medidas de contenção do gasto correspondente, a fim de poder manter o equilíbrio fiscal e a saúde financeira do Distrito Federal.

Da análise do demonstrativo detalhado a seguir, pode-se constatar que as receitas financeiras obtiveram um crescimento expressivo quanto ao item aplicação financeira, apresentando variação positiva na arrecadação da ordem de 153,3% em relação à previsão da LDO. Isso se deve aos contingenciamentos e inexecuções de despesas, ocasionando um maior volume de recursos aplicados, bem como um tempo de aplicação superior, e, conseqüentemente, uma maior remuneração dos depósitos bancários, com destaque para a Conta Única do Tesouro (16,54%), às aplicações relacionadas ao SUS (9,69%), aos contratos e convênios (8,24%), às relacionadas ao salário educação (4,35%), e os decorrentes do Regime de Próprio de Previdência do Servidor Público do Distrito Federal – RPPS (49,36%).

Em relação à alienação de bens, o valor apurado foi de 60,18% acima do valor previsto, dando destaque à venda de imóveis pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB com valores superiores ao estimado no orçamento.

No que se refere à contratação de operações de crédito, estas devem, obrigatoriamente, conter previsão nos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), no início do pleito junto a STN. No entanto a sua realização está condicionada a diversos fatores, inclusive à análise de viabilidade técnica e financeira. A menor captação nas operações de crédito, que foi inferior em 58,74% do programado, refletiu ainda na variação negativa da execução da amortização e dos juros e encargos da dívida em 18,82%, por estarem diretamente relacionados.

As despesas fiscais, inicialmente previstas na LDO, montavam em R\$ 15,3 bilhões. Ao final do exercício, houve um gasto maior que o previsto de 0,42%, ou R\$ 64,5 milhões, em valores correntes, que foi financiado com o superávit apurado do exercício anterior na ordem de R\$ 775,7 milhões, ficando o resultado primário real superavitário em R\$ 461,5 milhões.

No item concessão de empréstimo, sobretudo aqueles promovidos pelo Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE para o Setor Produtivo, não manteve o mesmo ritmo de execução verificado no ano anterior, atingindo o patamar de 59% em relação à LDO, devido à necessidade de contingenciamento da despesa, com vistas ao reforço de outras ações importantes.

Por fim, no aspecto geral, a receita fiscal se manteve satisfatória, restando deficitária em apenas 1,7%. As despesas fiscais foram executadas 0,42% acima do programado, diferença financiada pela economia de anos anteriores. Considerando o quadro exposto, o resultado primário acabou por apresentar-se deficitário em R\$ 314 milhões, contra uma fixação inicial superavitária da ordem de R\$ 10 milhões, face aos

investimentos realizados para as obras necessárias aos grandes eventos a serem realizados no Distrito Federal.

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DA
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Valores Correntes em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2012			
	LDO ⁽¹⁾	REALIZADO ⁽²⁾	%	Diferença
	(A)	(B)	(B / A)	(B - A)
I – RECEITAS				
I.1 – Receitas Correntes + Capital	16.030.860	15.699.469	-2,07	-331.391
I.2 – Deduções (Receitas Financeiras)	687.387	615.562	-10,45	-71.825
I.2.1 - Aplicações Financeiras ^(*)	146.041	369.895	153,28	223.854
I.2.2 - Operações de Crédito	517.014	213.335	-58,74	-303.679
I.2.3 - Alienação de bens	8.416	13.481	60,18	5.065
I.2.4 – Amortizações	15.916	18.851	18,45	2.936
Total das Receitas Fiscais (A)	15.343.473	15.083.907	-1,69	-259.566
II – DESPESAS				
II.1 – Despesas Correntes + Capital	16.030.860	15.817.456	-1,33	-213.404
II.2 – Deduções (Despesas Financeiras)	697.387	419.430	-39,86	-277.957
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida	228.363	146.471	-35,86	-81.892
II.2.2 - Amortização da Dívida	199.894	162.269	-18,82	-37.625
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	269.129	110.690	-58,87	-158.440
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integralizado	-	-		
Total das Despesas Fiscais (B)	15.333.473	15.398.026	0,42	64.552
III – Resultado Primário (A - B)	10.000	-314.119	-3.241,19	-324.119
IV – Saldo do Exercício Anterior	-	775.657		
V – Resultado Primário Real (III – IV)	-	461.538		
IV – Resultado Nominal ⁽³⁾	295.929	-613.928	-307,46	-909.857
Dívida Pública Consolidada ^(*)	4.777.323	4.430.824		
Dívida Consolidada Líquida ^(*)	3.063.402	1.432.931		

Observações:

(1) LDO 2012 - Lei nº 4.614, de 12 de agosto de 2011, publicado no DODF, Suplemento nº 158, de 15 de agosto de 2011.

(2) Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2012 - disponibilizado no sítio da Secretaria de Fazenda.

(3) Resultado nominal apurado pelo conceito "acima da linha" que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de determinado ano em relação ao apurado no final do ano anterior, a partir da LDO 2012.

(*) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00-remuneração de depósitos bancários e 1328.00.00-remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência dos servidores do DF